

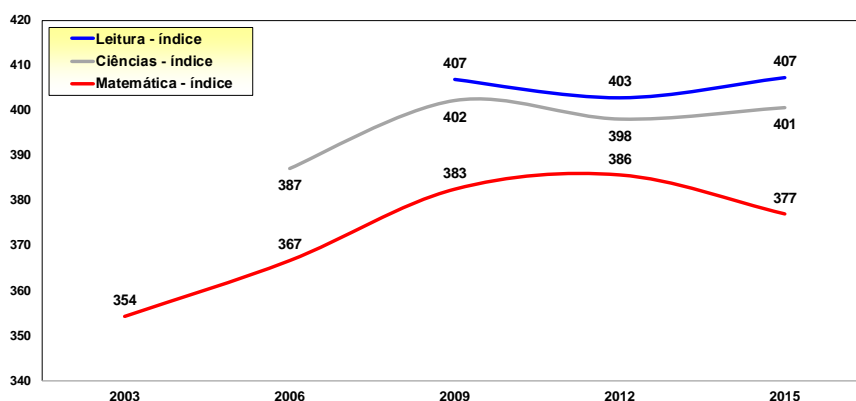
PISA aponta que as deficiências no aprendizado do estudante brasileiro não estão sendo sanadas

Ana Maria Bonomi Barufi

A OCDE divulgou na semana passada os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) referentes a 2015. Atualmente, a avaliação compreende três áreas de conhecimento (Leitura, Matemática e Ciências) e os resultados para os alunos de 15 anos do Brasil apontam que houve poucos avanços em termos da absorção de conhecimento, sem melhora estatisticamente significativa em relação a 2012.

Considerando a nota média com ajuste¹ das disciplinas do PISA, os estudantes brasileiros apresentaram desempenho estável, ou até mesmo inferior, em 2015 na comparação com o observado em 2012. Em relação à média da

OCDE, cujas notas para matemática, leitura e ciências atingiram 490, 493 e 493 nessa ordem, o Brasil apresenta notas médias bastante inferiores (377, 407 e 401, respectivamente). Chama a atenção o fato de a nota de matemática dos estudantes brasileiros ser bastante baixa e, como discutiremos a seguir, é grande o percentual daqueles que não dominam os conceitos básicos dessa disciplina. Apesar de a nota média de matemática ter caído, a de ciências ter permanecido praticamente estável e a de leitura ter subido, levando em conta o erro padrão da distribuição das notas entre os alunos, não houve variação estatisticamente significativa na comparação entre 2012 e 2015.



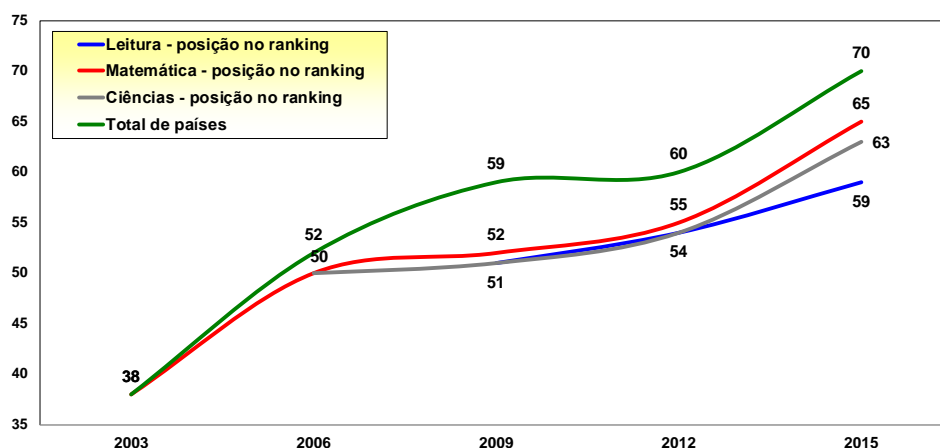
Nota média (ajustada para comparação) das disciplinas do PISA, Brasil

Fonte: OCDE, Bradesco

Uma consequência desse desempenho é que o Brasil continua ocupando as últimas posições do *ranking* que compara as notas do PISA entre os 35 países da OCDE e outros 35 países parceiros.

Por um lado, a posição do Brasil caiu em função do aumento do número de países pesquisados, mas também contribuiu para essa piora a nota média mais baixa ou estável nas diferentes disciplinas.

¹ Para permitir a comparação entre os diferentes anos, ajustando para a composição da amostra.

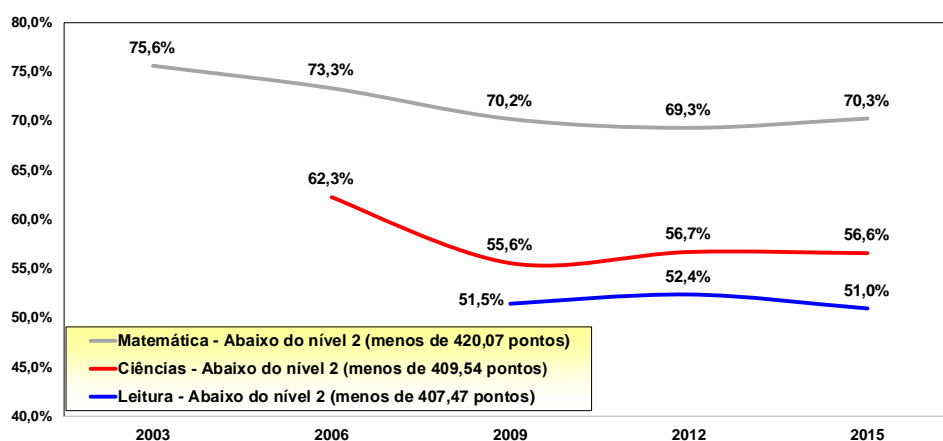


Posição do Brasil no ranking de cada disciplina e total de países pesquisados no PISA

Fonte: OCDE, Bradesco

Considerando a distribuição dos estudantes avaliados pelos níveis das notas obtidas, 70,3% não demonstraram proficiência básica em matemática em 2015. No caso

da área de ciências, esse percentual chegou a 56,6%, e na área de leitura, 51,0%. Pior do que isso, não houve melhora significativa em relação aos anos anteriores.

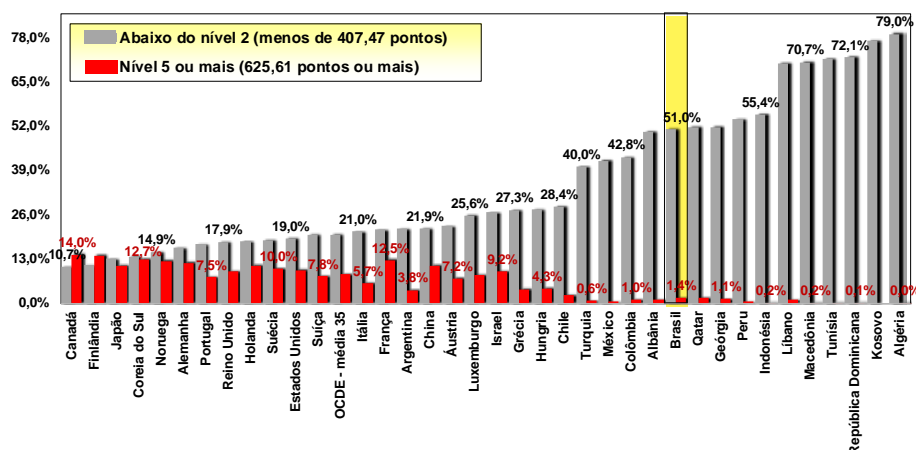


Percentual de estudantes do Brasil que não possuem nível básico de proficiência das disciplinas (notas ajustadas para comparação)

Fonte: OCDE, Bradesco

Vale notar que, se por um lado o Brasil apresenta um dos mais elevados percentuais de estudantes que não atingem o nível de proficiência básica nas disciplinas avaliadas, por outro, se aproxima de zero o percentual de estudantes que demonstram nível avançado de conhecimento

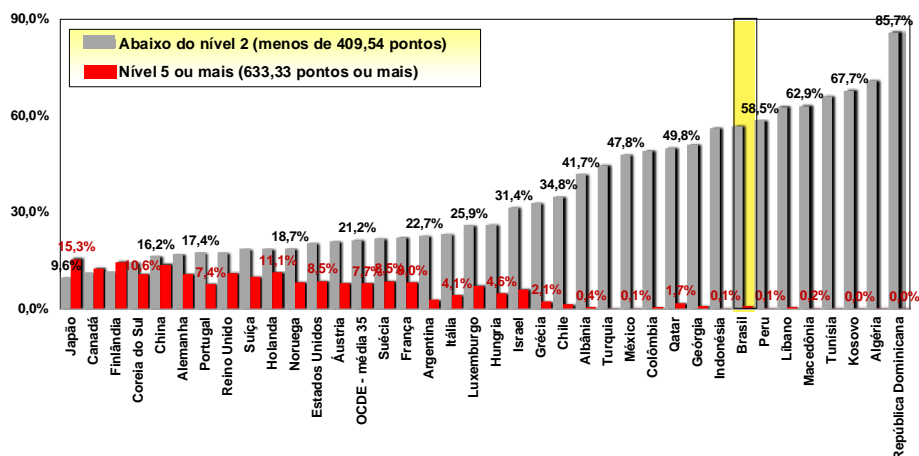
nas mesmas. No caso da leitura, esse segundo grupo alcançou 1,4% do total de estudantes avaliados em 2015, enquanto em ciências atingiu 0,7%, e em matemática, 0,9%. Na média da OCDE, esses percentuais atingiram 8,3%, 7,7% e 10,7%, respectivamente.



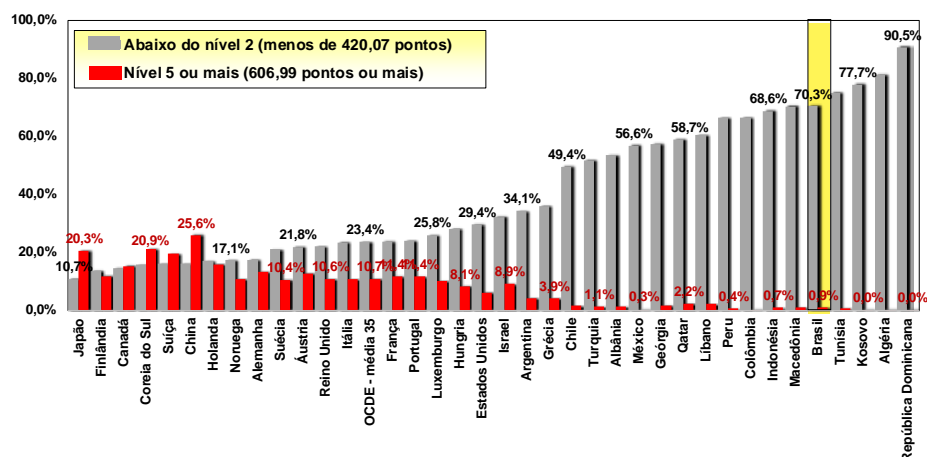
Percentual de estudantes com nível de conhecimento inferior à proficiência básica (abaixo de Nível 2) e com nível avançado (Nível 5 ou 6) em relação à área de Leitura, 2015

Fonte: OCDE, Bradesco

Percentual de estudantes com nível de conhecimento inferior à proficiência básica (abaixo de Nível 2) e com nível avançado (Nível 5 ou 6) em relação à área de Ciências, 2015



Fonte: OCDE, Bradesco



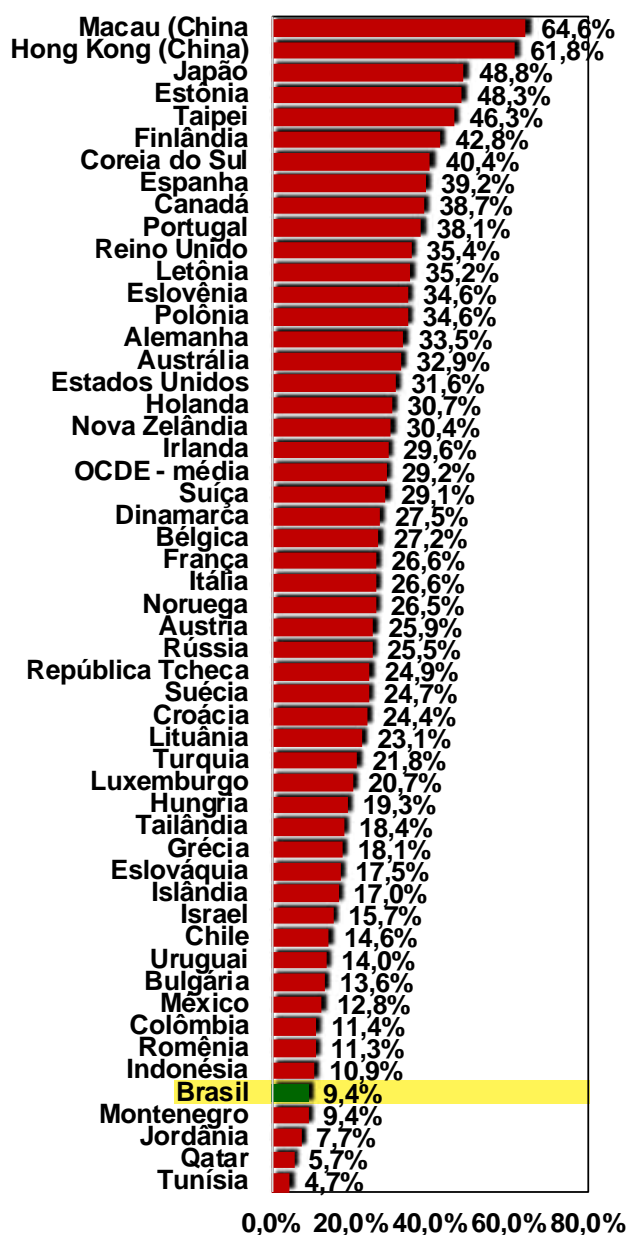
Percentual de estudantes com nível de conhecimento inferior à proficiência básica (abaixo de Nível 2) e com nível avançado (Nível 5 ou 6) em relação à área de Matemática, 2015

Fonte: OCDE, Bradesco

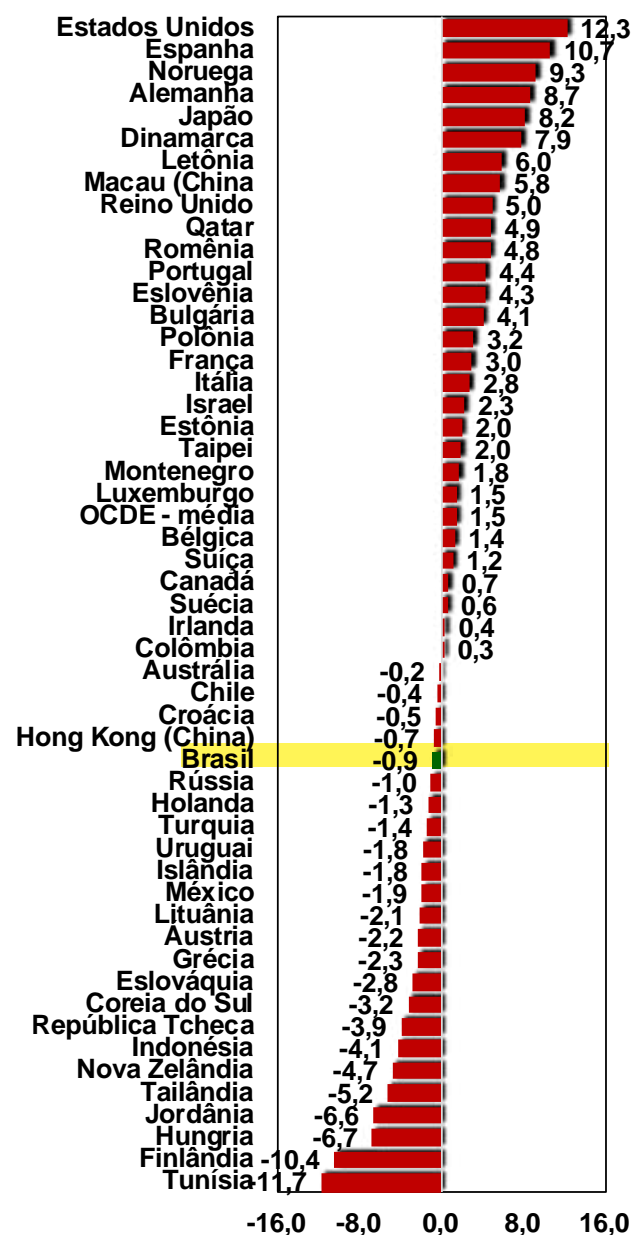
Por fim, o PISA também permite inferir em que medida o status socioeconômico é determinante do desempenho do estudante e do seu aprendizado em relação às diferentes disciplinas. Nesse sentido, são identificados os estudantes resilientes, pertencentes ao primeiro quartil do indicador socioeconômico e cultural em seu próprio país, cuja nota final no PISA foi classificada no quarto quartil das notas do exame de todos os alunos de todos os países (após controlar pelo status socioeconômico). O percentual de estudantes resilientes é obtido pela divisão desse contingente pelo total de estudantes no primeiro quartil socioeconômico

e cultural do próprio país. Percebe-se que no Brasil apenas 9,4% dos estudantes desfavorecidos podem ser considerados resilientes, enquanto em locais, como Macau e Hong Kong, esse percentual é superior a 60%. Adicionalmente, comparando essa informação obtida em 2015 com a de 2006, percebe-se que no caso do Brasil não houve mudança estatisticamente significativa desse percentual (no período, houve queda de 0,9 ponto percentual). Já nos Estados Unidos, observou-se significativo crescimento do percentual de estudantes resilientes, com variação de 12,3 pontos percentuais entre 2006 e 2015.

Percentual de estudantes resilientes, 2015



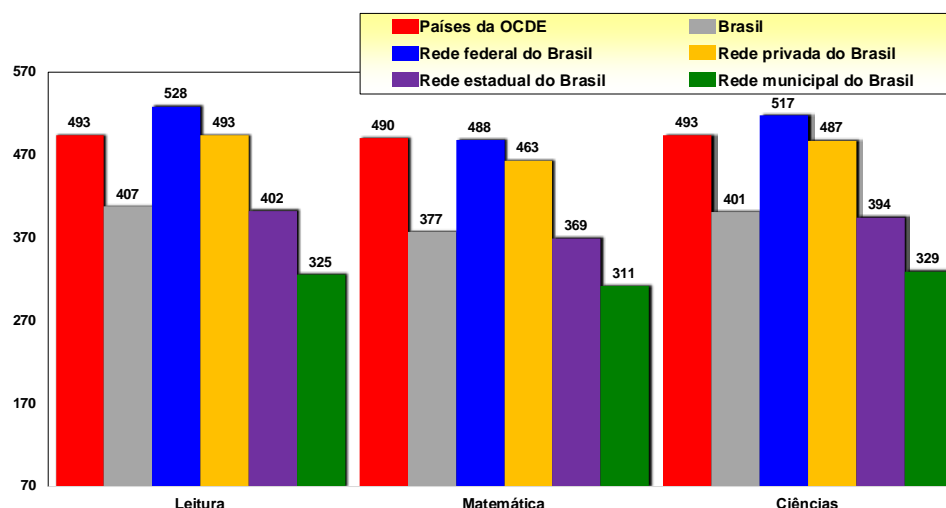
Variação em pontos percentuais do percentual de estudantes resilientes entre 2006 e 2015



Fonte: OCDE, Bradesco

O desempenho dos estudantes brasileiros é bastante heterogêneo em diferentes dimensões. Dentre estas, é possível destacar o fato de que alunos de escolas federais tiveram desempenho superior à média da OCDE em todas as disciplinas. Já os alunos de escolas privadas apresentaram notas médias muito parecidas às da OCDE, enquanto alunos em escolas públicas

estaduais e municipais tiveram desempenho bem pior. Vale a ressalva entretanto que os estudantes de escolas municipais ainda estão em sua maioria no Ensino Fundamental, e seu conhecimento é portanto menor (podem inclusive ter sido reprovados em algum momento, já que a idade de 15 anos é ligeiramente superior à ideal para este nível de ensino).



Nota média do PISA por tipo de escola e disciplina, 2015

Fonte: OCDE, Bradesco

Em suma, os resultados do PISA de 2015 indicam que não houve progresso significativo no aprendizado dos estudantes brasileiros ao longo da última década. De maneira geral, quando comparados aos estudantes dos países da OCDE, os brasileiros obtêm notas médias muito mais baixas em todas as disciplinas. Além disso, é bastante elevado o percentual de alunos que não atingem o conhecimento que representa proficiência mínima nas diversas disciplinas. No caso da matemática, por exemplo, chega a 70,3% o percentual de estudantes com nota inferior ao nível 2 do PISA. No caso desse indicador, não houve melhora significativa nos últimos anos em nenhuma das disciplinas.

Quando se considera a educação como um potencial caminho para superar as adversidades impostas pelo status socioeconômico inicial do jovem, no caso do Brasil esse mecanismo não parece estar funcionando. Assim, apenas 9,4% dos estudantes mais desfavorecidos podem ser considerados resilientes (classificados entre os melhores alunos). Na Coreia do Sul, esse percentual chega a 40,4%, enquanto no Japão atinge 48,8%. Considerando o Chile, que possui nível de desenvolvimento mais parecido com o Brasil, o percentual de estudantes resilientes chegou a 14,6% em 2015. Vale destacar ainda que não houve melhora significativa desse indicador no caso brasileiro entre 2006 e 2015, ou seja, a educação não ganhou

importância nessa dimensão relativa à redução das desigualdades.

Portanto, considerando o conhecimento que os alunos de fato conseguem reter da educação formal, já que o PISA avalia apenas estudantes de 15 anos no mínimo no 7º ano do Ensino Fundamental, o sistema educacional brasileiro não parece estar avançando na velocidade que seria a ideal para aumentar a produtividade no futuro. Esse diagnóstico é corroborado por outras pesquisas tais como o SAEB, que apontam que, por mais que os alunos ainda consigam reter algum conhecimento mínimo até o Ensino Fundamental, quando chegam ao Ensino Médio essa capacidade de absorção diminui significativamente. Além disso, ao longo da última década não ocorreram avanços significativos no aprendizado nesse nível de ensino. Tais resultados indicam a necessidade de repensar o ensino e os estímulos aos alunos. A discussão ampla com os diversos agentes envolvidos é essencial para garantir que exista qualidade de ensino e aumento da capacidade de compreensão dos alunos.

Uma possível resposta para isso pode estar nas razões para o melhor desempenho dos alunos de escolas federais. Nesse sentido, estratégias de sucesso poderiam ser replicadas em outras escolas com pior desempenho no País.



Equipe Técnica

Fernando Honorato Barbosa – Superintendente Executivo

Economistas: Ana Maria Bonomi Bañfi / Andréa Bastos Damico / Ariana Stephanie Zerbinatti / Constantin Jancso / Daniela Cunha de Lima / Ellen Regina Steter / Estevão Augusto Oller Scipilliti / Fabiana D'Atri / Igor Velecico / Leandro Câmara Negrão / Marcio Aldred Gregory / Myriã Tatiany Neves Bast / Priscila Pacheco Trigo / Regina Helena Couto Silva / Thomas Henrique Schreurs Pires

Estagiários: Bruno Sanchez Honório / Christian Frederico M. Moraes / Fabio Rafael Otheguy Fernandes / Mariana Silva de Freitas / Rafael Martins Murrer / Alexandre Stiubiener Himmestein

O DEPEC – BRADESCO não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Todos os dados ou opiniões dos informativos aqui presentes são rigorosamente apurados e elaborados por profissionais plenamente qualificados, mas não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, ressaltamos que todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação são assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo o BRADESCO de todas as ações decorrentes do uso deste material. Lembramos ainda que o acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade e uso. A reprodução total ou parcial desta publicação é expressamente proibida, exceto com a autorização do Banco BRADESCO ou a citação por completo da fonte (nomes dos autores, da publicação e do Banco BRADESCO).